



Comissão de Defesa Nacional

COM (2020) 690 Final

Relator: Paulo Moniz

Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021

“Uma União Vital num Mundo Fragilizado”

ÍNDICE

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II – CONSIDERANDOS

PARTE III – OPINIÃO DO DEPUTADO RELATOR

PARTE IV – CONCLUSÕES

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, que regula o “Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021 - Uma União vital num Mundo fragilizado (COM(2020) 690 Final - foi enviada à Comissão de Assuntos Europeus, no dia 29 de outubro de 2020 e, nesse mesmo dia, à Comissão de Defesa Nacional, para efeitos de análise e elaboração do presente relatório sobre as matérias que a esta última dizem respeito.

A presente Comunicação expressa as prioridades de atuação da Comissão Europeia para 2021 divididas em seis grandes ambições, sendo que a quarta sob o título de uma “Europa mais forte no Mundo” e a quinta “Promoção do Modo de Vida Europeu”, contemplam matérias relacionadas com a defesa e a segurança, temas que se enquadram no objeto da Comissão de Defesa Nacional.

Esta Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões é acompanhada dos seguintes documentos constantes dos anexos I a IV:

- Anexo I: Novas iniciativas
- Anexo II: Iniciativas REFIT
- Anexo III: Propostas prioritárias pendentes
- Anexo IV: Lista das propostas retiradas

PARTE II – CONSIDERANDOS

1. Em geral

O Programa de Trabalho da Comissão para 2021 (PTCE21) contempla um conjunto de novas iniciativas legislativas enquadradas pelas seis principais ambições estabelecidas pela Presidente **von der Leyen** nas suas orientações políticas apresentadas aquando da sua candidatura à presidência da Comissão Europeia e dando seguimento ao seu primeiro discurso sobre o estado da União. Paralelamente à concretização das prioridades estabelecidas neste programa de trabalho, a Comissão continuará a envidar todos os esforços para gerir a crise e tornar as economias e sociedades europeias mais resilientes.

Considera a Comissão Europeia que no último ano, face à pandemia da Covid-19, os europeus fizeram sacrifícios para se protegerem mutuamente, importando proteger os progressos que alcançámos em conjunto. Para isso, temos de nos manter atentos e concentrados, procurando garantir que conseguimos gerir a crise, sair dela juntos e trabalhar numa solução a longo prazo para a ultrapassar.

No entanto, salienta a Comissão que, quando ultrapassar esta crise, a Europa tem de estar preparada para fazer as coisas de uma forma mais eficaz e para viver numa sociedade mais saudável, mais justa e mais próspera. Tal significa, por um lado reforçar a nossa resiliência e, por outro, acelerar a agenda transformadora com base na qual esta Comissão foi eleita e na qual se tem concentrado desde o seu primeiro dia no poder.

Neste contexto, no próximo ano a Comissão centrar-se-á em dois objetivos. Em primeiro lugar, continuará a concentrar todos os seus esforços na gestão da crise e começará a retirar ensinamentos da mesma. Fá-lo-á, nomeadamente, dando

continuidade aos seus esforços para encontrar, financiar e assegurar uma vacina segura e acessível a todos na Europa e em todo o mundo.

Paralelamente, o presente programa de trabalho define o modo como a Europa pode tirar partido da oportunidade que se lhe apresenta de concretizar as suas ambições e liderar a grande aceleração. Salienta o PTCE21, que “graças ao NextGenerationEU, o plano de recuperação histórico apresentado pela Comissão juntamente com um orçamento a longo prazo reformulado, a Europa dispõe de um instrumento pronto a usar que lhe permitirá tirar partido desta oportunidade”.

É este, de acordo com a Comissão, o duplo objetivo do programa de trabalho da atual Comissão e de todas as iniciativas que dele constam. Podem concentrar-se individualmente em áreas diferentes, mas todas têm de avançar na mesma direção. Trata-se, em última análise, de tornar as nossas vidas mais fáceis, o ambiente mais saudável, as sociedades mais justas, as oportunidades mais variadas e acessíveis e as economias mais modernas e orientadas para objetivos mais amplos.

Assim, após um ano de 2020 marcado pela evolução da pandemia da Covid-19 na Europa e no Mundo, o PTCE21 procura permitir à Comissão passar da estratégia para a execução das seis prioridades políticas por ela definidas e que aqui se apresentam resumidamente:

1. Pacto Ecológico Europeu

A fim de garantir uma Europa com impacto neutro no clima até 2050, a Comissão apresentará um **pacote «Preparados para os 55» que visa reduzir as emissões em, pelo menos, 55 % até 2030**. O pacote abrangerá um vasto leque de domínios de intervenção, começando pelas energias renováveis e a eficiência energética, mas incluindo também o desempenho energético dos edifícios, a utilização das terras, a tributação da energia, a partilha de esforços e o comércio de emissões. **O mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras ajudará a**

reduzir o risco de fuga de carbono e a garantir condições de concorrência equitativas, incentivando os parceiros da UE a fixar objetivos mais ambiciosos em matéria de clima. Além disso, a Comissão irá propor medidas no sentido de **implementar o plano de ação da Europa para a economia circular**, a estratégia da UE em matéria de biodiversidade e a estratégia «do prado ao prato».

2. Uma Europa preparada para a era digital

Com o propósito de que esta seja a década digital da Europa, a Comissão apresentará um roteiro de **objetivos digitais para 2030**, claramente definidos e relacionados com a conectividade, as competências e os serviços públicos digitais. A tónica será colocada no direito à privacidade e à conectividade, na liberdade de expressão, na livre circulação de dados e na cibersegurança. A Comissão irá igualmente legislar em domínios como a segurança, a responsabilidade, os direitos fundamentais e os aspetos relativos aos dados em matéria de **inteligência artificial**. Neste contexto, proporá também a criação de uma **identificação eletrónica europeia (e-ID)**. Neste campo, outras iniciativas incluirão a **atualização da nova estratégia industrial para a Europa**, que terá em conta o impacto da crise do coronavírus, e uma proposta legislativa destinada a melhorar as condições de trabalho dos **trabalhadores de plataformas**.

3. Uma economia ao serviço das pessoas

Para evitar que a crise económica e sanitária dê origem a uma crise social, a Comissão apresentará um **plano de ação ambicioso para aplicar plenamente o Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, de forma a garantir que ninguém será excluído do processo de recuperação da Europa. A Comissão apresentará igualmente uma nova **garantia europeia para a infância**, que assegurará o acesso de todas as crianças a serviços básicos como a saúde e a educação. Para apoiar as nossas economias e reforçar a **União Económica e Monetária**, a Comissão irá rever o quadro de gestão

de falências bancárias na UE, tomar medidas para impulsionar o investimento transfronteiras na UE e intensificar a luta contra o branqueamento de capitais.

4. Uma Europa mais forte no mundo

Neste âmbito, a Comissão irá trabalhar para que a Europa desempenhe um papel vital neste mundo fragilizado, nomeadamente liderando os esforços mundiais para **garantir uma vacina segura e acessível para todos**. Proporará uma Comunicação conjunta sobre o **reforço da contribuição da UE para um multilateralismo baseado em regras**, uma parceria renovada com a nossa **vizinhança meridional** e uma Comunicação sobre o **Ártico**. A Comissão irá igualmente apresentar uma nova abordagem estratégica para apoiar o **desarmamento, a desmobilização e a reintegração de ex-combatentes**. Finalmente, está prevista ainda a apresentação de uma Comunicação sobre a **ajuda humanitária da UE** que irá explorar novas formas de colaboração com os nossos parceiros e outros doadores.

5. Promoção do modo de vida europeu

Tendo em conta a pandemia de COVID-19, os seus efeitos e desafios, a Comissão Europeia propõe a construção de uma **União Europeia da Saúde** mais forte, através do reforço do papel das agências existentes e da criação de uma nova **agência europeia de investigação e desenvolvimento avançados no domínio biomédico**. Apresentará também uma **nova estratégia para o futuro de Schengen**, destinada a preservar este espaço e a melhorar o seu funcionamento. Noutro sentido, o novo pacto sobre migração e asilo será acompanhado de uma série de propostas em matéria de **migração legal**, incluindo um pacote relativo a «talentos e competências». Outros elementos, nesta prioridade ou ambição da Comissão, incluem um plano de ação contra o tráfico de migrantes e uma estratégia de regresso voluntário e reintegração sustentável. A Comissão irá continuar a trabalhar para o reforço da **União da Segurança**, combatendo o terrorismo, a criminalidade

organizada e as ameaças híbridas. Por último, apresentará também uma estratégia global de luta contra o antissemitismo.

6. Um novo impulso para a democracia europeia

Tendo por objetivo construir e consolidar a chamada união da igualdade, a Comissão apresentará em 2021 novas estratégias sobre os direitos das crianças e das pessoas com deficiência, bem como uma proposta para combater a violência baseada no género. Ao mesmo tempo, proporá igualmente alargar a lista de «eurocrimes» a todas as formas de crimes de ódio e de discursos de incitamento ao ódio e proporá regras mais claras sobre o financiamento dos partidos políticos europeus, tomando medidas para proteger os jornalistas e a sociedade civil contra a litigância de má-fé. Finalmente, no âmbito de uma visão a longo prazo para as zonas rurais, irá avançar com medidas para explorar todo o potencial destas regiões.

No âmbito da sua competência, a Comissão de Defesa Nacional, entende ser relevante analisar as prioridades quatro e cinco: Uma Europa mais forte no Mundo e Promoção do modo de vida europeu, tendo em conta que as mesmas versam sobre o posicionamento da União Europeia no Mundo e as matérias de Defesa e Segurança.

4. Uma Europa mais forte no Mundo

Neste âmbito, destaca o PTCE21 que “a atual Comissão tomou posse com um mandato destinado a garantir uma Europa mais forte no mundo” procurando “promover os interesses e objetivos estratégicos da UE no estrangeiro e defender uma ordem internacional baseada em regras e valores num mundo cada vez mais polarizado”.

Refere a iniciativa europeia que “durante o próximo ano, a Comissão garantirá que a Europa desempenha o seu papel vital neste mundo frágil – seja liderando a resposta mundial para garantir uma vacina segura e acessível para todos ou reforçando o sistema multilateral global baseado em regras, bem como as parcerias bilaterais, regionais e mundiais”. Ao mesmo tempo, salienta o PTCE21 que a Comissão continuará a dar total prioridade à vizinhança oriental e meridional, aos Balcãs Ocidentais e a África.

De acordo com a comunicação da Comissão, a União Europeia “acreditará sempre na força e no valor do multilateralismo e da cooperação no âmbito das instituições mundiais e, nesse sentido, irá propor uma “comunicação conjunta sobre o **reforço do contributo da UE para o multilateralismo assente em regras**”. Ao mesmo tempo, a Comissão entende que em 2021, a União deve “liderar reformas da Organização Mundial de Saúde e da Organização Mundial do Comércio para as adaptar às novas realidades”.

A Comissão irá propor uma “**parceria renovada com a vizinhança meridional** e apresentaremos uma **Comunicação sobre o Ártico** para atualizar a política da UE em relação a uma região particularmente exposta às alterações climáticas e às pressões ambientais, bem como ao seu impacto em termos económicos e de segurança”.

Destaca igualmente o PTCE21 que a Comissão irá apresentar uma nova “**abordagem estratégica para apoiar o desarmamento, a desmobilização e a reintegração dos ex-combatentes**, que é fundamental para assegurar a estabilidade e a paz duradouras nos países e regiões afetados pelo conflito”.

Finalmente, neste domínio, a Comissão irá apresentar ainda uma “comunicação sobre a **ajuda humanitária da UE**, que se concentrará, concretamente, em novas formas de trabalhar com os nossos parceiros e outros doadores, na utilização de ferramentas digitais e abordagens inovadoras para o financiamento e o auxílio às modalidades de execução, nomeadamente na capacidade de resposta rápida da própria Comissão, e em formas de reforçar o trabalho nonexo humanitário-desenvolvimento-paz”.

5. Promoção do Modo de Vida Europeu

Considera a Comissão Europeia que “a atual crise sanitária expôs a necessidade de reforçar a preparação da União Europeia para situações de crise e a gestão das ameaças sanitárias transfronteiriças”, sendo necessário construir uma “União Europa da Saúde” mais forte. Nesse sentido, o PTCE21 propõe o “reforço do quadro da UE para a deteção e a resposta a ameaças sanitárias transfronteiriças graves e a consolidação dos papéis das agências existentes. Numa segunda fase, proporemos a criação de uma **agência de investigação e desenvolvimento avançados no domínio biomédico**”.

O PTCE21 salienta que a Comissão continuará, em 2021, a “**reforçar a União da Segurança**, nomeadamente tomando medidas de combate à criminalidade organizada e às ameaças híbridas, adotando uma nova abordagem sobre medidas de luta contra o terrorismo e a radicalização e melhorando a deteção, a remoção e a denúncia de abusos sexuais de menores em linha”.



Comissão de Defesa Nacional

Finalmente, e dado o aumento da violência e dos crimes de ódio antissemiticos, a Comissão apresentará uma **estratégia de combate ao antissemitismo** abrangente destinada a complementar e apoiar os esforços dos Estados-Membros.

Iniciativas relevantes

Analisados os anexos I a IV, juntos à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – COM (2020) 690 final, verifica-se que no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021 estão previstas as seguintes iniciativas legislativas e não legislativas que, tendo em consideração as competências da Comissão de Defesa Nacional, são de assinalar e de acompanhar:

Anexo I: Novas iniciativas¹

Uma Europa preparada para a era digital		
	Indústrias civis, da defesa e do espaço	Plano de ação sobre sinergias entre as indústrias civis, da defesa e do espaço (iniciativa não legislativa, T1 2021)
Uma Europa mais forte no mundo		
1.	Vizinhança meridional	Comunicação conjunta sobre uma parceria renovada com a vizinhança meridional (iniciativa não legislativa, T1 2021)
2.	Desarmamento, desmobilização e reintegração dos ex-combatentes	Comunicação conjunta sobre uma abordagem estratégica de apoio ao desarmamento, à desmobilização e à reintegração dos ex-combatentes (iniciativa não legislativa, T3 2021)
3.	A dimensão do Ártico	Comunicação conjunta sobre o Ártico (iniciativa não legislativa, T4 2021)
Promoção do Modo de vida Europeu		
	Seguimento da estratégia europeia de segurança	<p>a) Comunicação sobre uma agenda da UE para combater a criminalidade organizada (2021-2025) (iniciativa não legislativa, T1 2021)</p> <p>b) Legislação para combater eficazmente o abuso sexual de menores em linha (iniciativa legislativa, incluindo a avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T2 2021)</p> <p>c) Uma agenda da UE de luta contra o terrorismo: prevenir, proteger, responder, antecipar (iniciativa não legislativa, T3 2021)</p> <p>d) Revisão da Diretiva sobre o congelamento e a perda dos produtos do crime (iniciativa legislativa, incluindo a avaliação de impacto, artigos 82.º e 83.º do TFUE, T4 2021)</p>

¹ O presente anexo contém novas informações disponíveis sobre as iniciativas incluídas no programa de trabalho da Comissão, em consonância com o Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». Essas informações, que se encontram entre parênteses a seguir a cada iniciativa, têm caráter meramente indicativo e estão sujeitas a alterações durante o processo preparatório, nomeadamente tendo em conta os resultados do processo de avaliação de impacto.

ANEXO III – PROPOSTAS PRIORITÁRIAS PENDENTES

Promoção do modo de vida europeu	
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a situações de crise e de força maior no domínio da migração e do asilo	COM(2020)613 final 2020/0277 (COD) 23.09.2020
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à prevenção da difusão de conteúdos terroristas em linha	COM(2018)640 final 2018/0331 (COD) 12.09.2018
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que introduz uma triagem de nacionais de países terceiros nas fronteiras externas e que altera os Regulamentos (CE) n.º 767/2008, (UE) 2017/2226, (UE) 2018/1240 e (UE) 2019/817	COM(2020)612 final 2020/0278 (COD) 23.09.2020
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à gestão do asilo e da migração e que altera a Diretiva 2003/109/CE do Conselho e a proposta de Regulamento (UE) XXX/XXX [Fundo para o Asilo e a Migração]	COM(2020)610 final 2020/0279 (COD) 23.09.2020

PARTE III – OPINIÃO DO DEPUTADO RELATOR

O PTCE21 é um documento de continuidade que procura aplicar na prática a estratégia definida pela atual Comissão para a consolidação da União quer no plano interno quer no plano externo.

No que à Defesa Nacional diz respeito e às áreas de intervenção desta Comissão Permanente da Assembleia da República, o documento que aqui foi analisado, não tem grandes desenvolvimentos, referindo-se apenas às questões do combate ao terrorismo internacional, ao reforço da União da Segurança através da consolidação de medidas de combate à criminalidade organizada e às ameaças híbridas e a uma nova parceria renovada com a vizinhança meridional, matérias essas que devem naturalmente ser acompanhadas com atenção pelo parlamento português.

Não menos importante será o acompanhamento que a Comissão de Defesa deverá fazer da nova abordagem estratégica, apresentada pela Comissão Europeia, para apoiar o desarmamento, a desmobilização e a reintegração dos ex-combatentes, que é

fundamental para assegurar a estabilidade e a paz duradouras nos países e regiões afetados pelo conflito.

A atual pandemia da Covid-19 que a Europa e o Mundo enfrentam trouxe consigo um conjunto de novos desafios e ameaças que vieram demonstrar a importância das Forças Armadas para a sua contenção e combate. Isso mesmo aconteceu em diversos países europeus, onde o papel desempenhado pelos militares no combate à propagação deste vírus e no apoio aos sistemas de saúde, foi determinante e fundamental para o sucesso das respostas encontradas para fazer face à grave crise sanitária que enfrentamos em 2020.

As Forças Armadas não servem apenas para fazer a guerra e tal como defendeu Josep Borrel, Alto Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, o investimento na Defesa deve ser visto como um investimento na segurança de todos tendo em conta o importante papel que as Forças Armadas nacionais podem desempenhar no apoio à população em situações de crise sanitária como a que temos vivido.

É tempo de demonstrar aos cidadãos que a redução dos orçamentos alocados à Defesa tem um efeito contrário aquele que é desejado, colocando sobre os militares uma pressão que, aliada à dificuldade de preencher os quadros necessários de efetivos, torna o desempenho das suas missões num enorme desafio só concretizado positivamente à custa do seu enorme brio e empenho.

Que a pandemia da Covid-19 possa ser também uma oportunidade para se repensarem os investimentos na área da defesa, promovendo o seu desenvolvimento e aumentando a sua capacidade de atração para as novas gerações.

PARTE IV – CONCLUSÕES

Em face do exposto, a Comissão de Defesa Nacional conclui o seguinte:

1. Da análise do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021, sugere-se o acompanhamento por parte desta Comissão, das matérias incluídas nos pontos 4 e 5 deste documento, respetivamente uma Europa mais forte no Mundo e a promoção do modo de vida Europeu, nomeadamente:
 - O Multilateralismo baseado em regras;
 - Uma parceria renovada com a vizinhança meridional;
 - Uma nova estratégia para apoiar o desarmamento, a desmobilização e a reintegração de ex-combatentes;
 - A ajuda humanitária da União Europeia;
 - O combate ao Terrorismo, à criminalidade organizada e às ameaças híbridas.
2. A Comissão de Defesa Nacional dá assim por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente relatório, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus para os devidos efeitos.

Palácio de S. Bento, 5 de janeiro de 2021

O Deputado Relator



(Paulo Moniz)

O Presidente da Comissão



(Marcos Perestrello)